



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL

Ata da 199ª reunião, realizada em 27 de fevereiro de 2025

1 Em 27 de fevereiro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual  
2 de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio  
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o  
4 presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público:  
5 Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Victor Augusto  
6 Gomes Prosdociimi, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Henriqueta Vasconcelos Lemos  
7 Correia, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Rafaella Cristina Batista Mazoni  
8 de Souza, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Bruna Lopes Coelho, do Conselho Regional de Engenharia e  
9 Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); João  
10 Augusto de Pádua Cardoso, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia  
11 Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG); Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca, do Ministério do Meio  
12 Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM);  
13 Representantes da sociedade civil: Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de  
14 Minas Gerais (Faemg); Danielle Maciel Ladeia Wanderley, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
15 (Fiemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da  
16 Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); Adriano Viana Espeschit, da Associação Comercial de  
17 Minas Gerais (ACMinas); Neide Nazaré de Souza, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Ronaldo  
18 Costa Sampaio, da Associação Mineira Lixo Zero (Amliz); Alexandre Henriques de Souza Lima, do Serviço Nacional  
19 de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais (Senar-AR/MG); Cyro Drumond Colares Moreira,  
20 da Associação Brasileira dos Engenheiros Civis (Abenc/MG); Daniela Cavalcante Pedroza, da Sociedade Mineira de  
21 Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Yuri  
22 Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 199ª reunião da Câmara Normativa e Recursal. **2) EXECUÇÃO DO HINO**  
23 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Presidente  
24 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais uma vez, boa tarde a todos. Quero dar boas-vindas ao conselheiro Victor, eu  
25 acho que é a primeira reunião em que está conosco. Que Deus abençoe a sua atuação, que ela seja profícua neste  
26 Conselho.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier/AMM: “Boa tarde, senhor presidente e demais conselheiros.  
27 Só para notificá-los que nos dias 25 e 26 de março próximo a AMM, área de meio ambiente, em comum com o  
28 Sisema, IEF, IGAM e FEAM, vamos realizar no Crea Minas dois dias de evento intitulado 3º Fórum Estadual de Meio  
29 Ambiente. Como a primeira parte do dia está por conta da SEMAD, eu queria fazer esse convite aos conselheiros.  
30 A quem se interessar ver a programação, fazer inscrição, a chamada está em nosso portal AMM, lá constam todos  
31 os procedimentos, inclusive a programação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Boa tarde, conselheiro.  
32 Nós que agradecemos.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA**  
33 **ATA DA 198ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 198ª reunião da Câmara Normativa e Recursal,  
34 realizada em 30 de janeiro de 2025. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, Crea, Segov, PMMG, ALMG, AMM,  
35 Faemg, Fiemg, Ibram, CMI, ACMinas, Zeladoria do Planeta, Amliz, Senar e SME. Abstenção: MMA. Ausências: Abenc  
36 e MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca/MMA: “Presidente,  
37 eu vou me abster porque não fui eu quem participou da última reunião.” **6) PROGRAMA ESTADUAL DE CONVERSÃO**  
38 **DE MULTAS AMBIENTAIS - PECMA. Apresentação: Subsecretaria de Fiscalização Ambiental (Sufis) e Subsecretaria**  
39 **de Gestão Ambiental (Suga).** Vanessa Hilário e Fabiana Moreira, da SEMAD, fizeram apresentação sobre o  
40 Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais. O conteúdo das exposições foi disponibilizado no portal  
41 do Meio Ambiente, na pauta desta reunião. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Inicialmente, eu quero  
42 agradecer à Vanessa e à Fabiana, dar parabéns pela apresentação. Excelentes apresentações que vocês fizeram.  
43 Quero agradecer muito a presença aqui conosco. Eu teria uma pergunta de ordem bem prática. Eu vou passar para  
44 os conselheiros, já vi que o Henrique levantou a mão para questionamentos e apontamentos. Eu queria, Vanessa,

a questão já direcionada a você. São várias informações que foram repassadas aqui, eu quero uma de ordem bem prática. Hoje na nossa pauta nós temos dez processos em grau de recurso para julgamento em relação aos autos de infração. Nesse caso, obviamente, para participar disso, eles estão em grau de recurso, teriam que ser retirados de pauta ou pedida vista para possibilitar isso. Mas só para informar a essas pessoas, a essas empresas como se daria o procedimento deles, contemplando que eles não cairiam naquelas vedações. Esses dez recursos teriam desconto de 30%? Eu queria que você completasse para mim em relação a esses processos, qual seria o procedimento, o andamento pertinente a esses empreendimentos.” Vanessa Hilário/SEMAD: “Perfeito, senhor presidente. Tentando esclarecer esse ponto de maneira bem didática, bem lúcida, para esses autos de infração, caso sejam julgados hoje nesta reunião, não caberia adesão porque as penalidades se tornaram definitivas. Mas caso eles sejam retirados de pauta para avaliação das empresas e pessoas físicas, enfim, a respeito da adesão, considerando que certamente são autos de infração em tramitação antes de 10/1/2025, ou seja, antes da aplicação da Lei 25.144, caso a adesão ocorra no sistema que eu mostrei aqui rapidamente até 10/7/2024, antes do julgamento do recurso, a atenuante incide sobre o valor atualizado integral da multa imposta. Então se num caso concreto desses, partindo do pressuposto de que atende os requisitos para adesão, e os demais requisitos, bastaria o autuado entrar no sistema que eu mostrei ou o representante legal, colocar o número do auto de infração. Certamente é um auto em tramitação antes de 10/1/2025. Então independentemente da fase processual, mesmo já estando prestes a julgar o recurso, se o recurso for tirado de pauta de julgamento hoje, essa atenuante seria aplicada sobre o valor integral da multa, e o TCA passaria por esse fluxo interno de verificação; e depois o autuado receberia o DAE para pagar, de maneira integral ou parcelada, conforme a opção que ele fizer no site. A única vedação para esses casos concretos que o senhor mencionou seria se as penalidades se tornassem definitivas. Aí essa adesão não seria possível. Não sei se fui clara, não sei se é esse o ponto, mas se tiver mais alguma questão não esclarecida eu estou à disposição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Era isso mesmo, Vanessa. Eu gostaria dessa informação para repassar aqui de forma clara. É um decreto bem recente. Eu já até adianto aos interessados, as empresas que estão aqui e têm auto de infração nesta pauta, aqueles que desejarem, é só solicitar a mim a retirada do ponto de pauta, do processo de pauta, com a intenção de fazer adesão, o que eu já adianto que vai ser deferido por mim. Henrique, pois não.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Presidente, Yury, obrigado pela oportunidade. Conforme Regimento, eu gostaria que a minha fala fosse transcrita na íntegra na ata. Primeiramente, em nome da Vanessa e da Fabiana, eu gostaria de fazer um elogio a todos da Subsecretaria de Fiscalização, a todos da SEMAD que se empenharam em colocar, após a regulamentação, o sistema no ar. E parabenizá-los. Hoje teve a webinar, eu acompanhei boa parte dela. E parabéns. Terminou agora há pouco. Então nós vemos o empenho de vocês e temos que reconhecer o empenho, o esclarecimento. Da mesma forma que você falou na webinar, está replicando aqui com toda a vontade de explicar, com a maior transparência possível. Então a gente fica muito feliz. Foi uma das propostas minhas aqui na Câmara que vocês fizessem essa divulgação após a publicação das regulamentações. Então parabéns. Nós entendemos que é função da Faemg divulgar, aí não estou avaliando se são boas ou se são ruins essas adesões, mas divulgar que existe esse programa de conversão de multas no Estado. Nós já discutimos isso em reuniões e ontem já realizamos a nossa primeira rodada, foi no Sindicato Rural de Pará de Minas, com mais de cem produtores rurais e também representantes das prefeituras. Fabiana e Vanessa, eles estão com muitas dúvidas, porque estão achando que já vão conseguir utilizar os recursos desses programas ambientais advindos dos possíveis valores arrecadados nas multas. E aí veio a calhar a informação do Licínio com a questão do congresso de meio ambiente da AMM, que anualmente faz e já faz parte do calendário do mês de março, das questões ambientais, assim como existem outros calendários de outras entidades também que fazem um trabalho muito bacana. Então acredito que vai ser muito importante vocês fazerem esses esclarecimentos lá. Eu fiquei com uma dúvida, apesar que você já sanou, Vanessa. Mas eu gostaria só de confirmar e até peço desculpa pelo teor da minha pergunta. Ficou claro para mim, eu gostaria que você confirmasse que não se aplica em multa diária, aquela prevista, salvo engano, no artigo 73 do Decreto 47.383, quando o dano se prolonga e não é cessado, que esse programa se excetua-se. No nosso segmento, infelizmente, quando ocorrem alguns autos de infração, por exemplo, desmate de uma vegetação nativa que foi identificado, geralmente, aí eu não sei se é cominada ou se é uma multa acessória, suspensão ou embargo. Essa multa cominada com suspensão ou embargo também pode ser objeto do Pecma? Essa é a minha pergunta direta. O que estou entendendo? Ele adere ao Pecma, faz o recolhimento desses 50%, e busca-se a regularização. É isso mesmo? Eu gostaria só para ficar claro, mas de antemão agradeço e parabenizo a todos.” Vanessa Hilário/SEMAD: “Perfeito, conselheiro. Obrigada pela manifestação. Só registrando que nós estaremos presentes também no evento da AMM e faremos apresentação lá do programa de

97 conversão de multas, tentando esclarecer. O desafio é realmente divulgar o programa de maneira clara para todo  
 98 mundo. Nós temos tentado fazer isso e estamos à disposição para qualquer um que queira nos acionar para esses  
 99 esclarecimentos. Para a multa diária, realmente, a adesão não é possível, isso foi uma imposição da própria lei. E  
 100 não é nem da lei publicada agora em 2025, as anteriores também já faziam essa vedação, porque elas remetem a  
 101 referência à multa especificamente à multa simples. Quando fazemos uma avaliação, conselheiro, dos processos  
 102 em tramitação, um baixo volume corresponde a multa diária, porque ela não é a prática, ela é exceção, na verdade.  
 103 Ela só é imposta em situações graves, onde a fiscalização verifica continuamente a geração de poluição ou  
 104 degradação; se prolonga no tempo. Então ela é aplicada como uma forma de impor a paralização dessa poluição  
 105 ou degradação. Uma intervenção florestal, por exemplo, que foi o exemplo mencionado, não é aplicada multa  
 106 diária, é só multa simples, e permite a adesão ao programa de conversão de multas. Na sua grande maioria, no seu  
 107 grande volume, tem multas simples aplicadas, que são uma sanção administrativa em razão do cometimento da  
 108 infração. E quando há, juntamente com a multa simples, o embargo ou a suspensão de atividade, deve-se também  
 109 buscar a regularização, porque o afastamento não é automático. E hoje já é assim, é importante dizer isso. Mesmo  
 110 que a multa seja paga, então hoje, antes do programa de conversão de multas, se alguém pedisse o DAE para pagar  
 111 a multa em sua integralidade ou parcelar, a penalidade de embargo ou suspensão não era e não é afastada  
 112 imediatamente. No caso do embargo, ele cabe quando a poluição ou degradação está ali presente. Então está  
 113 causando uma poluição/degradação, nem às vezes é passível da ocorrência de multa diária, nem estou falando que  
 114 é isso, mas tem uma poluição/degradação que foi verificada, às vezes já foi até cessada, mas foi verificada; e para  
 115 retomar a atividade ele precisa demonstrar no processo administrativo a cessação dessa poluição/degradação. A  
 116 fiscalização verifica, e se estiver tudo ok desembarga a atividade através de uma decisão interlocutória. Isso já  
 117 acontece assim, já é assim, já era assim antes. E a suspensão, de outro lado, é aplicada quando não há o ato  
 118 autorizativo. Simplesmente não tem, comecei a intervenção sem o ato autorizativo, seja ele qual for. Nessa  
 119 hipótese, além de aderir ao programa, ele precisa buscar a regularização, precisa ingressar no órgão ambiental com  
 120 a regularização. Então se é uma licença, ele vai ter que buscar licença; se é uma intervenção florestal, voltando ao  
 121 exemplo concreto, ele vai precisar de um Daia corretivo, um AIA corretivo, ele vai ter que entrar com o AIA  
 122 corretivo. Lembrando que um dos requisitos para ingressar com AIA corretivo é resolver a multa, e a multa já vai  
 123 estar resolvida através do programa de conversão de multas. Então é isso. Não sei se fui clara, mas qualquer dúvida  
 124 adicional estou à disposição.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Foi, sim, muito obrigado.” Presidente  
 125 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Vanessa, Henrique. Algum conselheiro tem algum destaque? Não  
 126 havendo mais nenhum destaque por parte do Conselho, mais uma vez agradeço e parablenizo as apresentações da  
 127 Fabiana e da Vanessa. Muito obrigado e uma boa tarde.” **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DO**  
 128 **RECURSO DO AUTO DE INFRAÇÃO. 7.1) Cooperava Mista Agropecuária de Patos de Minas. Patos de Minas/MG.**  
 129 **PA/CAP/Nº 437.846/2016. AI/Nº 89.053/2015. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM. Retorno à**  
 130 **pauta após controle de legalidade.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da Fiemg. Justificativa.  
 131 Conselheira Danielle Maciel Ladeia Wanderley/Fiemg: “Eu gostaria de ter acesso na íntegra dos processos (7.1 e  
 132 7.2), uma vez que quando eles estiveram na pauta eu não era representante da Fiemg.” **7.2) Nevestones Ltda. -**  
 133 **ME. Governador Valadares/MG. PA/CAP/Nº 438.439/2016. AI/Nº 96.093/2016. Apresentação: Núcleo de Auto**  
 134 **de Infração da FEAM. Retorno à pauta após controle de legalidade.** Processo retirado de pauta com pedido de  
 135 vista do Ibram e vista conjunta solicitada pela Fiemg. Justificativas. Conselheira Danielle Maciel Ladeia  
 136 Wanderley/Fiemg: “Eu gostaria de ter acesso na íntegra dos processos (7.1 e 7.2), uma vez que quando eles  
 137 estiveram na pauta eu não era representante da Fiemg.” Conselheiro João Carlos de Melo/Ibram: “Eu gostaria de  
 138 avaliação um pouco mais detalhada do processo como um todo.” **7.3) Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais**  
 139 **e para Construção Ltda. São Gonçalo do Rio Abaixo/MG. PA/CAP/Nº 460.340/2017. AI/Nº 89.197/2016.**  
 140 **Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM. Retorno à pauta após controle de legalidade.** Presidente  
 141 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, votação em conjunto para os seguintes itens: 7.3 e 7.7.  
 142 Lembrando, senhores conselheiros, que em relação ao 7.3 ele é um retorno à pauta após controle da ilegalidade.  
 143 A questão da prescrição intercorrente foi considerada ilegal, conforme manifestação da AGE. E os senhores, ao  
 144 momento de votar, deverão se manifestar quanto à matéria de retorno a julgamento, que são as outras questões  
 145 fora a questão da prescrição intercorrente. Então só para deixar claro em relação ao item 7.3, em relação ao  
 146 controle de legalidade que foi realizado. A votação se dá conforme a manifestação do órgão ambiental. Só para  
 147 lembrar aos senhores, a câmara deverá ser aberta no momento da votação.” Processo de votação. Votos favoráveis:  
 148 Seapa, Segov, Crea, Seinfra, PMMG, ALMG, MMA, AMM, Faemg, Fiemg, Ibram, CMI, ACMinas, Zeladoria do Planeta,

149 Amliz, Senar, Abenc e SME. Abstenção: Sede. Ausência: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Victor  
 150 Augusto Gomes Prosdocimi/Sede: “Eu vou me abster da votação porque eu acho que não estão bem informadas e  
 151 bem claras as coisas no processo... Eu me abstenho no 7.3, favorável ao 7.7.” Destaque de voto favorável.  
 152 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta/CMI: “Na preliminar, voto pela manutenção da prescrição intercorrente,  
 153 que à época era vigente, e no mérito favorável nos dois processos.” Manifestação da Presidência. Presidente Yuri  
 154 Rafael de Oliveira Trovão: “Os recursos foram indeferidos em relação ao item 7.3 por 18 votos favoráveis ao órgão  
 155 ambiental, com uma abstenção; no item 7.7, 19 votos favoráveis à manifestação do órgão ambiental, portanto,  
 156 pelo indeferimento do recurso.” **7.4) Companhia Geral de Minas. Poços de Caldas/MG. PA/CAP/Nº 722.468/2021.**  
 157 **AI/Nº 229.408/2020. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM. Presidente Yuri Rafael de Oliveira**  
 158 **Trovão:** “Passamos agora para o item 7.4, Companhia Geral de Minas. Poços de Caldas. Nós temos um inscrito de  
 159 forma independente. Sr. José Carlos, tem condições de se manifestar? Só alertando, o senhor tem 5 minutos,  
 160 podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” José Carlos/representante do empreendedor: “Muito obrigado.  
 161 Senhores, trata-se de autuação por não entrega de declaração de carga poluidora do ano 2016, pela Companhia  
 162 Geral de Minas, de uma mina denominada mina Aterrado. A argumentação da recorrente é que existe um conceito  
 163 de carga poluidora na Deliberação Normativa COPAM/CERH-MG 1, de maio de 2008, que prevê que carga poluidora  
 164 é ‘a quantidade de determinado poluente transportado ou lançado em corpo de água receptor, expressa em massa  
 165 por tempo’. O argumento da recorrente é que não existe na mina Aterrado qualquer carga poluidora, porque não  
 166 há nenhum lançamento em corpo d’água e nem transporte de qualquer tipo de efluente. A mina é uma mina de  
 167 bauxita, o material minerado é retirado e transportado in natura sem qualquer tipo de beneficiamento no local.  
 168 Existe um trailer que serve aos poucos empregados que operam a mina por ocasião da mineração, e nesse trailer  
 169 existe um sanitário vedado, sanitário químico, com a retirada posterior por parte de empresa especializada, que  
 170 tem todo o licenciamento. De modo que não há lançamento em corpo d’água e nem a possibilidade de isso ocorrer,  
 171 nem por meio de infiltração no solo ou coisa semelhante. Portanto, numa situação dessa, em que não há efluente  
 172 nem possibilidade de efluente, a recorrente entende que não há a obrigação de emitir e de fazer a declaração de  
 173 carga poluidora. E em razão disso pede a procedência do seu recurso. Muito obrigado, senhores conselheiros.”  
 174 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr. José Carlos. Retorno ao Conselho para  
 175 algum destaque. Caso não haja, eu vou passar para a Dra. Gláucia, para a equipe da FEAM. Não havendo destaque,  
 176 Dra. Gláucia, pois não.” Gláucia Dell’ Areti Ribeiro/FEAM: “Boa tarde a todos. Em relação ao presente caso, aplicadas  
 177 as penalidades pela não entrega de carga poluidora referente ao ano de 2010, ano base 09; 12, ano base 11; e 14,  
 178 ano base 13. Nesses foi aplicada a decadência. Em relação a não entreg4a da declaração referente ao ano de 2016,  
 179 ano base 2015, ela foi mantida uma vez que a declaração de carga poluidora independe do meio onde é lançada. A  
 180 equipe técnica se manifesta no sentido de que não há dispensa da entrega uma vez que o responsável por uma  
 181 carga poluidora ou efetivamente poluidora deve fazer a entrega da declaração. Nesse sentido, eu peço a  
 182 manifestação da equipe técnica da FEAM.” Maria do Carmo/FEAM: “Boa tarde a todos. Eu só vou corroborar o que  
 183 a Gláucia já falou. A norma é muito clara, ela fala que qualquer responsável por fonte geradora de efluente tem  
 184 que declarar as concentrações daquele efluente, as vazões daquele efluente, independentemente do destino final.  
 185 Essa empresa tem cerca de 18 funcionários, segundo o licenciamento, usa banheiros químicos e tem uma área de  
 186 refeitório, que eu imagino que seja lavada; ela tem alguma geração de sanitário. E ela fala que os sanitários são  
 187 enviados para um terceiro, onde é tratado. Não importa o destino, ela tem que declarar assim mesmo. Inclusive,  
 188 tem um campo ‘observações para colocar isso. Ela vai falar como está o efluente bruto, quais são as  
 189 concentrações, as vazões e o que ela faz com esse efluente. Ela manda para um terceiro. Isso é declaratório. Além  
 190 disso, não existe mineradora a céu aberto que não tenha efluentes pluviais contaminados com sólidos. Retira  
 191 vegetação, faz movimentação de terra. Eu vou ler um trechinho para os senhores de um parecer técnico da Supram,  
 192 que é o 428542/2017. Ele fala que ‘nos períodos de chuvas intensas os trabalhos de exploração e transporte de  
 193 minério são paralisados devido ao considerável aumento do teor de umidade do minério e as dificuldades de acesso  
 194 às áreas de lago’. Ou seja, vira um lamaçal. ‘Como forma de mitigar processos erosivos e consequentes  
 195 assoreamento foram implantados sistemas de drenagem de água pluviais.’ Nós nunca recebemos, em nenhum dos  
 196 anos, e não estamos falando só de 2016, que é o ano da infração. Nós nunca recebemos nada de efluentes pluviais.  
 197 Então de qualquer forma a empresa está inadimplente em relação à DCP.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 198 “Agradeço a manifestação da Dra. Gláucia e da Carminha. Pois não, Henrique.” Conselheiro Henrique Damásio  
 199 Soares/Faemg: “Presidente, obrigado pela oportunidade. Gláucia, foi bom te ver ontem no BDMG. Não sei se a  
 200 outra colega também estava. Eu trabalhei numa grande empresa de mineração durante sete anos da minha vida

no Pará, foi um dos anos mais intensos de aprendizagem das questões ambientais. Eu discordo da colocação da representante da FEAM em relação à questão de umidade de minério, em relação a sumps, que é o termo técnico quando as mineradoras fazem as contenções desse material da mina. Isso não pode ser confundido com carga poluidora de forma alguma, sob pena de estarmos cometendo aqui um erro crasso em relação à tecnologia de mineração. Acredito que o João, do Ibram, vai fazer algum apontamento. Drenagem de mineração não tem nada a ver com carga poluidora. O exutório, isso aí é outra coisa, o lançamento. Então drenagem de mineração por alta umidade de minério, não conheço essa mineração especificamente, mas trabalhei em mina de ferro, manganês, cobre e níquel. Tive essa oportunidade ímpar, a qual me dá toda a prerrogativa de estar apresentando esse contraponto. Porque o que vocês estão colocando aí é uma coisa que foge completamente da técnica da atividade minerária. Eu possuo formação como geógrafo, trabalhei como analista ambiental de uma grande mineradora por sete anos, e vocês estão confundindo as questões. Uma coisa são as questões de drenagem de mina, período chuvoso, outras coisas são lançamento de carga poluidora, DCP, que já foi tanto explicado aqui. Então realmente essa justificativa da FEAM, no meu entendimento, não deve prosperar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço. A Carminha levantou a mão. Pois não, Carminha.” Maria do Carmo/FEAM: “A questão de carga poluidora é porque a carga poluidora está associada a qualquer poluente que esteja na legislação ambiental. Então não é só DQO, não é só DBO. Se tem sólidos, tem sim geração de carga poluidora no efluente pluvial. A questão também não é se tem o sump, se a drenagem está indo para um tratamento, se não está. A questão é declaratória. Se gera, eles têm que informar que geraram. Falar que mineração não tem drenagem de águas pluviais nas pilhas, em várias áreas – são várias áreas –, é querer, não sei, esconder alguma coisa. Porque que tem, tem, tanto que na maioria dos processos de licenciamento o monitoramento de águas pluviais é solicitado, pelo menos nos pareceres que eu tenho acesso. Eu entendo sim que é um efluente que nunca foi monitorado, mas independentemente disso também não foi entregue o efluente sanitário nesse ano mencionado no auto de infração.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Henrique, pois não.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Assim como a ata vai ficar registrada, e graças a Deus eu acho que isso deveria ser até no próprio Regimento, vai ficar claro para todos que nos escutam aqui, todos os conselheiros: o que eu falei são questões técnicas. E quando uma representante do governo fala ‘é querer esconder alguma coisa’, eu não sei se ela falou isso para mim, se falou isso para a empresa, mas alegar má-fé tem que ser provada. Com todo respeito, a reunião começa a fluir, mas de repente entra num viés muito ruim. Eu quis colaborar, na função de conselheiro participativo aqui neste COPAM, com a minha experiência. Eu entendo que drenagem de mineração não é lançamento de efluente no meio ambiente. E ainda eu falei claro do exutório. Então para ficar claro. E de forma alguma eu estou aqui para fazer defesa de empreendedores, eu estou aqui para colocar as razões que eu entendo serem pertinentes em relação a essa declaração de carga poluidora. E, sinceramente, não gostei da forma a qual a representante da FEAM dirigiu a mim a palavra com os seguintes dizeres: não sei se ela falou ‘você está querendo esconder’ ou ‘é querer esconder alguma coisa’. Estou falando de uma realidade de uma mineradora. Se você não concorda, por gentileza, respeite minha opinião. E se realmente você quis dizer que eu estou omitindo ou escondendo eu gostaria que você se retratasse aqui na reunião.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou passar a palavra à Carminha, Henrique, eu entendo que a Carminha em momento algum quis ofendê-lo. Eu entendi – e aí a Carminha, por favor, complete – quando ela falou em esconder, ela generalizou. Quando uma empresa não entrega essas informações, parece que está querendo esconder, assim, é uma forma geral. É a mesma coisa quando a pessoa não entrega alguma coisa, corre de uma blitz porque tem alguma coisa errada. Então é de forma geral. Eu acho que ela também não quis especificar em relação a esse empreendimento específico, foi uma observação geral. Não estou fazendo a defesa aqui não. Sem necessitar defendê-la, porque ela está aqui presente e pode fazer isso com toda a propriedade. Mas eu estou falando somente o entendimento que eu tive da fala da Carminha nesse momento. E como sempre, a Dra. Gláucia e todos os senhores, eu falo também pela equipe técnica, têm sempre se comportado de forma muito cortês, assim como os senhores com as nossas equipes. A equipe tem que se manifestar de forma muito cortês aos senhores também. Então quero que fique registrada essa minha manifestação, mas de toda forma eu passo a palavra à Carminha.” Conselheiro João Carlos de Melo/Ibram: “Presidente, quando possível, eu gostaria de ter uma oportunidade de fazer algumas ligeiras informações, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim, João. Eu vou só abrir para a Carminha, depois eu retorno à Danielle... E retorno ao senhor.” Maria do Carmo/FEAM: “Eu lamento se houve esse entendimento de que foi pessoal. Não, não é pessoal. Meu posicionamento é técnico. Toda mineradora a céu aberto tem um impacto que são as águas com altas concentrações de sólidos suspensos e sólidos sedimentados. É uma poluição. Tanto que precisa de sump, precisa

253 de ser encaminhado às vezes para um tratamento, porque existe poluição. A poluição vem da movimentação de  
 254 terra, que é muito intensa na mineração. Agora, eu tenho esse jeito mesmo de falar. Se eu passo às vezes uma  
 255 impressão ruim, se eu ofendo, me perdoe. Não é minha intenção. Minha intenção é esclarecer as questões aqui  
 256 colocadas. Agradeço, Yuri. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Danielle, pois não.” Conselheira  
 257 Danielle Maciel Ladeia Wanderley/Fiemg: “Obrigada, senhor presidente. Boa tarde. Pessoal, eu acho que a gente  
 258 tem que se ater aqui ao texto da lei. A norma fala em carga poluidora. O que é essa carga poluidora? Só vai existir  
 259 carga poluidora se o poluente for lançado e transportado, entendendo esse transporte como meio aquático, pelo  
 260 qual o material poluidor é movimentado. No caso em análise, o empreendedor não faz transporte de carga  
 261 poluidora através de curso d’água nem efetivo e nem potencial. Por quê? Porque toda a extração do minério é feita  
 262 a seco. Ademais, a norma prevê ainda que o poluente seja transportado ou lançado em corpo de água receptor.  
 263 Assim, o empreendimento que utilizar duto, canaleta ou canal aberto ou fechado, com meio aquoso para direcionar  
 264 o fluxo de poluente da fonte até o curso de água, realiza o transporte referido na norma. Tanto que o local de  
 265 lançamento é fixo e expresso em coordenadas geográficas para fins de localização e monitoramento. O que não  
 266 ocorre em caso aqui quando alegam que há infiltração no solo. Obrigada, presidente.” Presidente Yuri Rafael de  
 267 Oliveira Trovão: “Agradeço, Danielle. João, pois não.” Conselheiro João Carlos de Melo/Ibram: “Senhor presidente,  
 268 o que a Dra. Danielle comentou, eu não precisava de quase praticamente falar mais nada. Mas vamos lá, já que deu  
 269 a oportunidade. Eu gostaria de salientar o seguinte. Bauxita, todas as lavras são em uma cavidade. Ou seja, em  
 270 período chuvoso e tudo mais, essa água fica condensada – vamos dizer de forma muito simples e objetiva, é claro  
 271 – exatamente dentro dessa cavidade onde a própria lavra foi desenvolvida. Ou seja, os teores de bauxita se  
 272 encontram em profundidades variáveis. Aqui no Brasil como um todo, exceto nessa região em que o Henrique  
 273 trabalhou, que são camadas subsuperficiais. No resto do Brasil, como agora houve, tem havido uma recuperação  
 274 de área enorme por uma empresa na região do Leste Mineiro, que trabalha exatamente situação idêntica. Não há  
 275 como fazer esse transporte. Todo o minério aproveitável da bauxita é beneficiado e transportado todo a seco. Pode  
 276 estar havendo alguma confusão – se me perdoe a representante da FEAM que esteve lá e fez as avaliações – sobre  
 277 a questão de chuva em algumas regiões dessas. Se for chuva, dentro desse conceito, haveria necessidade de fazer  
 278 uma série de proteções em qualquer atividade, rodoviárias, com estradas de terra, algo nesse sentido, onde o  
 279 próprio período de chuva induz uma série de carreamento de material sólido para as drenagens inferiores. Então  
 280 eu acho que falta, como o próprio Henrique citou novamente, mineração, em vários casos, trabalha em situações  
 281 bem específicas. No caso da mineração de bauxita, toda lavra e o beneficiamento, sequência, distribuição e tudo  
 282 mais, é tudo a seco. Ou seja, não há como haver uma contaminação de alguma drenagem inferior quando o material  
 283 trabalha a seco, quando toda a extração desse material é dentro de uma cava específica, onde se trabalha tudo  
 284 isso. O transporte é feito a seco, o beneficiamento é a seco e tudo mais. E se precisar de mais alguma informação  
 285 tem algumas empresas aqui. Não vou citar o nome de empresas, mas poderão ser, inclusive, visitadas, fazer um  
 286 esclarecimento muito amplo e claro sobre essa questão de lavra de bauxita. Ou seja, só resumindo, lavra de  
 287 bauxita é toda a seco, todo o beneficiamento é a seco, tanto é que as melhores áreas de recuperação ambiental da  
 288 mineração como um todo são exatamente nas lavras de bauxita. Todo o material é a seco, você recupera toda a  
 289 vegetação que foi removida, quando houver, para dentro da própria cavidade. Uma cavidade se complementa à  
 290 outra. E há todo um programa de recuperação ambiental e de revegetação dessas áreas. Eu não estou entendendo  
 291 como chegar a esse detalhe desse auto de infração. Mas, só mais uma vez, bauxita é lavra a seco.” Presidente Yuri  
 292 Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Obrigada, João. Ainda com o Conselho... Se manifestação adicional. Não havendo,  
 293 então eu coloco em votação o item 7.4, Companhia Geral de Minas.” Processo de votação. Votos favoráveis: Seapa,  
 294 Sede, Seinfra, Crea, Segov, PMMG, ALMG e MMA. Votos contrários: Faemg, Fiemg, Ibram, CMI, ACMinas, Zeladoria  
 295 do Planeta, Amliz, Abenc, Senar e SME. Abstenção: AMM. Ausência: MPMG. Justificativas de abstenção e de votos  
 296 contrários. Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier/AMM: “Eu vou me abster em função dos argumentos  
 297 apresentados de parte a parte.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Eu voto contrário por entender  
 298 que drenagem de mineração não pode ser enquadrada na deliberação de carga poluidora.” Conselheira Danielle  
 299 Maciel Ladeia Wanderley/Fiemg: “Eu voto contrário por entender que em mineração a seco não há geração de  
 300 efluente ensejadora da obrigatoriedade de entrega da DCP.” Conselheiro João Carlos de Melo/Ibram: “Senhor  
 301 presidente, como já comentado, esse tipo, especificamente nessas características de mineração de bauxita, não há  
 302 esse carreamento de sólido por chuva, enfim, qualquer coisa nesse sentido. Eu sou totalmente contrário e até  
 303 sugeriria que se fizesse uma avaliação mais detalhada se caso dentro da SEMAD como um todo se considera  
 304 mineração de bauxita como contribuinte de algo que não se verifica. Inclusive, existem algumas minerações no

305 Leste de Minas, como já citei, pode ser facilmente demonstrado isso.” Conselheiro Adriano Nascimento  
306 Manetta/CMI: “O voto é contrário, senhor presidente, porque na minha leitura a DCP se aplica para as descargas  
307 autorizadas, poluição autorizada, e uma mineração a seco não tem esse tipo de coisa. Eventual contaminação ilegal  
308 não é o escopo da DCP. Então no caso não deveria haver exigência.” Conselheiro Adriano Viana Espeschit/ACMinas:  
309 “Contrário, reforçando o que os últimos conselheiros falaram. E gostei muito da sugestão do conselheiro João Carlos  
310 de Melo de fazer uma reavaliação desses itens quando aplicável.” Conselheira Neide Nazaré de Souza/Zeladoria do  
311 Planeta: “Eu vou votar contrário, senhor presidente, por entender que não houve uma tipificação ou um  
312 enquadramento legal ao ato infracional.” Conselheiro Ronaldo Costa Sampaio/Amliz: “Eu voto contrário também.  
313 O que o João expôs foi muito contundente. Então voto contrário.” Conselheiro Cyro Drumond Colares  
314 Moreira/Abenc: “Acompanho também os demais colegas, entendendo a ausência da caracterização do lançamento  
315 da carga poluidora e que não se aplicaria para este caso.” Conselheiro Alexandre Henriques de Souza Lima/Senar:  
316 “Meu voto também é contrário, indo de acordo com as explicações dadas pelos conselheiros que me antecederam,  
317 em especial a fala do João Carlos e da Danielle, da aplicação da DCP para a mineração a seco.” Conselheira Daniela  
318 Cavalcante Pedroza/SME: “Meu voto é contrário, corroborando com todo o exposto pelos nossos colegas referente  
319 à mineração a seco.” Manifestação da Presidência. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então o recurso foi  
320 provido por dez votos contrários à manifestação do órgão ambiental, sendo oito favoráveis e uma ausência no  
321 momento da votação.” **7.5) Ferguset Ferros Ltda. Sete Lagoas/MG. PA/CAP/Nº 722.989/2021. AI/Nº**  
322 **229.638/2020. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Processo retirado de pauta com pedido de  
323 vista da Zeladoria do Planeta e vista conjunta solicitada pela Fiemg e o Ibram. Justificativas. Conselheira Neide  
324 Nazaré de Souza/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu vou pedir vista deste item 7.5, Ferguset. Eu preciso  
325 de um tempo a mais para fazer a análise desse processo.” Conselheira Danielle Maciel Ladeia Wanderley/Fiemg:  
326 “Senhor presidente, eu gostaria também de acompanhar a Zeladoria do Planeta para analisar melhor os autos.”  
327 Conselheiro João Carlos de Melo/Ibram: “Senhor presidente, eu também gostaria de participar desse pedido de  
328 vista... Eu gostaria também de ter uma avaliação um pouco mais detalhada da documentação que foi apresentada.”  
329 **7.6) Lafarge Holcim Brasil S/A. (atual CSN Cimentos Brasil S/A). Pedro Leopoldo/MG. PA/CAP/Nº 678.337/2019.**  
330 **AI/Nº 214.151/2019. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Processo retirado de pauta com pedido  
331 de vista do Ibram. Justificativa. Conselheiro João Carlos de Melo/Ibram: “Eu gostaria de ter vista desse processo,  
332 uma vez que houve uma transferência de titularidade, uma série de documentos. Acho que falta alguma coisa  
333 também para se ter um consenso mais efetivo do processo.” **7.7) Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e**  
334 **Serviços Ltda. Belo Horizonte/MG. PA/CAP/Nº 530.272/2018. AI/Nº 134.965/2018. Apresentação: Núcleo de**  
335 **Auto de Infração da FEAM.** Recurso indeferido por unanimidade, conforme registrado em votação em bloco no  
336 item 7.3 da pauta. **7.8) Minérios Nacional S/A. Rio Acima/MG. PA/CAP/Nº 510.240/2018. AI/Nº 9.490/2017.**  
337 **Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do Ibram e  
338 vista conjunta solicitada pela Fiemg, Zeladoria do Planeta e Faemg. Justificativas. Conselheiro João Carlos de  
339 Melo/Ibram: “Senhor presidente, eu gostaria de pedir vista desse processo uma vez que essa empresa Nacional foi  
340 incorporada pela outra e hoje é a Namisa. Então acho que faltaram algumas informações no decorrer desse  
341 alinhamento de licenciamento do próprio processo em si.” Conselheira Danielle Maciel Ladeia Wanderley/Fiemg:  
342 “Então no caso aqui do 7.8 eu também vou acompanhar o Ibram no pedido de vista.” Conselheira Neide Nazaré de  
343 Souza/Zeladoria do Planeta: “Zeladoria do Planeta também vai requerer vista desse processo, precisamos fazer  
344 uma análise mais profunda sobre as questões atinentes a ele.” não.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg:  
345 “Vista para ter acesso à íntegra de todo o processo.” **7.9) Nutrili Indústria e Comércio de Carnes Ltda. Lavras/MG.**  
346 **PA/CAP/Nº 678.499/2019. AI/Nº 214.169/2019. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Presidente  
347 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Passamos, senhores conselheiros, ao item 7.9, Nutrili Indústria e Comércio de  
348 Carnes Ltda. Nós temos o destaque da Danielle. Pois não, doutora.” Conselheira Danielle Maciel Ladeia  
349 Wanderley/Fiemg: “Obrigada, senhor presidente. Aqui nós temos mais um caso de autuação por suposto  
350 descumprimento do artigo 39 da DN COPAM 01/2008 pela não entrega da DCP. Nesse caso aqui, senhores  
351 conselheiros, nós temos um caso repetido de todos os outros que nós temos discutido aqui nesta Câmara. Trata-se  
352 de um empreendedor sendo autuado, contudo ele comprova nos autos o envio da DCP por meio de prints da tela  
353 do computador, comprovando que fez o envio, tempestivamente, em 26 de março de 2018, ou seja, cinco dias  
354 antes de fim do prazo, que a norma estabelece 31, às 9h54 da manhã. E como se não bastasse o envio tempestivo  
355 ele ainda encaminha vários outros e-mails ao órgão ambiental pedindo socorro, ‘pelo amor de Deus, me deem uma  
356 resposta’, e ninguém respondeu a ele em tempo; e acabou aplicando, lavrando o auto pela não entrega da DCP. E

357 aí no caso em análise nós temos o cumprimento do normativo. A norma diz ‘entregar’, e a entrega foi comprovada.  
 358 Então o tipo penal não se aplica ao caso uma vez que a entrega foi feita. Se o órgão ambiental não recebeu, cabe  
 359 ao órgão ambiental, como já discutido aqui, rever a sua forma de recebimento dessas declarações, uma vez que  
 360 não tem se mostrado eficiente e eficaz. Obrigada, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 361 “Agradeço, Danielle. Mais algum conselheiro quer se manifestar, antes de passar a palavra à Dra. Gláucia? Não?  
 362 Dra. Gláucia, pois não.” Gláucia Dell’ Areti Ribeiro/FEAM: “Em relação a este caso, o empreendedor apresenta a  
 363 foto do e-mail, contudo ele não apresenta o protocolo. Desse modo, não pode ser acolhido o pedido de nulidade.  
 364 Toda entrega feita devidamente gera um protocolo. A equipe técnica da FEAM faz duas conferências e encaminha  
 365 o protocolo. Nesse sentido e nesse processo, foi encaminhado para a equipe responsável pelo sistema que nos  
 366 autos do processo comprova que não teve indisponibilidade e constatado que na mesma data várias empresas  
 367 conseguiram realizar o protocolo devidamente. Nesse sentido, por ausência de entrega do protocolo, nós  
 368 sugerimos a manutenção, nos termos do parecer jurídico da FEAM.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 369 “Agradeço a manifestação da Dra. Gláucia. Nós já tivemos aqui reunião passada assuntos idênticos ao presente.  
 370 Danielle, pois não.” Conselheira Danielle Maciel Ladeia Wanderley/Fiemg: “Eu só gostaria de deixar consignado,  
 371 senhor presidente, que o argumento de que várias empresas entregaram, assim como temos visto, o senhor bem  
 372 lembrou aí, do mesmo modo que várias empresas entregaram, outras tantas também encaminharam, e o e-mail  
 373 não chegou. Nós tivemos um caso aqui, inclusive, de empreendedor que chegou a fazer registro do envio em  
 374 cartório para comprovar que foi feito, para não haver nenhuma dúvida com relação a isso. Era só essa a minha  
 375 ressalva. Obrigada, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, mais  
 376 algum destaque? Não havendo, coloco em votação o 7.9, Nutrili Indústria e Comércio de Carnes Ltda.” Processo de  
 377 votação. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, Segov e PMMG. Votos contrários: ALMG, Faemg, Fiemg, Ibram,  
 378 CMI, ACMinas, Zeladoria do Planeta, Amliz, Abenc, Senar e SME. Abstenções: Crea e AMM. Ausências: MMA e  
 379 MPMG. Justificativas de abstenções e de votos contrários. Conselheira Bruna Lopes Coelho/Crea: “Nesse caso, eu  
 380 vou preferir me abster, pelos argumentos apresentados pelos dois lados.” Conselheiro João Augusto de Pádua  
 381 Cardoso/ALMG: “Eu vou abrir divergência, presidente, em relação a essa questão, pelos argumentos trazidos pela  
 382 Dra. Danielle. Eu também corroboro com o pensamento dela de que a administração pública também tem que ser  
 383 diligente quando é provocada através de e-mail ou alguma outra coisa ou qualquer instrumento para que, a tempo  
 384 hábil, o empreendedor possa fazer o que é a obrigação dele. Esse é meu voto, senhor presidente.” Conselheiro  
 385 Licínio Eustáquio Mol Xavier/AMM: “Eu me abstenho, presidente, em vista dos argumentos apresentados a cada  
 386 parte.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Eu voto contrário à aplicação da penalidade por entender  
 387 que o empreendedor cumpriu a sua obrigação.” Conselheira Danielle Maciel Ladeia Wanderley/Fiemg: “Contrário,  
 388 seguindo os argumentos apresentados.” Conselheiro João Carlos de Melo/Ibram: “Meu voto também é contrário,  
 389 senhor presidente. Fazendo uma observação do que foi apresentado até o momento, fiquei bastante convencido  
 390 nesse sentido.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta/CMI: “O voto é contrário, senhor presidente, por  
 391 entender suficientemente provada a entrega da DCP, que é a obrigação da empresa.” Conselheiro Adriano Viana  
 392 Espescht/ACMinas: “Contrário em função de estar convencido de que o empreendedor cumpriu com a parte dele.”  
 393 Conselheira Neide Nazaré de Souza/Zeladoria do Planeta: “Eu voto contrário. Meu entendimento também vai no  
 394 sentido de que o empreendedor cumpriu com a norma estabelecida, entregando a DCP, razão pela qual ele não  
 395 poderia ser penalizado em virtude desse suposto ato.” Conselheiro Ronaldo Costa Sampaio/Amliz: “Também voto  
 396 contrário, o cara cumpriu a função dele, e vai ter imputado para ele o que não é de responsabilidade dele.”  
 397 Conselheiro Alexandre Henriques de Souza Lima/Senar: “Meu voto também é contrário, entendi que houve a  
 398 comprovação da entrega da DCP, cumprindo assim a sua obrigação.” Conselheiro Cyro Drumond Colares  
 399 Moreira/Abenc: “Voto contrário ao parecer, entendendo também que houve a entrega da declaração.” Conselheira  
 400 Daniela Cavalcante Pedroza/SME: “Meu voto é contrário, considerando os argumentos apresentados.”  
 401 Manifestação da Presidência. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então o recurso foi provido por 11 votos  
 402 contrários à manifestação do órgão ambiental, sendo cinco favoráveis, duas abstenções e duas ausências no  
 403 momento da votação.” **7.10) Usina Delta S/A. Unidade Volta Grande (atual Delta Bioenergia S/A. Unidade Volta**  
 404 **Grande). Delta/MG. PA/CAP/Nº 726.262/2021. AI/Nº 218.483/2020. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração**  
 405 **da FEAM.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da Fiemg e vista conjunta solicitada pela CMI, Zeladoria  
 406 do Planeta, Faemg e Ibram. Justificativas. Conselheira Danielle Maciel Ladeia Wanderley/Fiemg: “Para ter acesso à  
 407 íntegra dos autos e poder ter um aprofundamento nos estudos e na análise.” Conselheiro Adriano Nascimento  
 408 Manetta/CMI: “Eu vou acompanhar o pedido de vista também para aprofundar na análise e detalhar esse processo



409 em particular.” Conselheira Neide Nazaré de Souza/Zeladoria do Planeta: “Acompanhando o pedido de vista,  
410 também necessária uma análise mais profunda sobre esse processo.” Conselheiro Henrique Damásio  
411 Soares/Faemg: “Por serem questões de declaração de carga poluidora, um tema que debatemos muito aqui, eu  
412 gostaria de analisar melhor o processo.” Conselheiro João Carlos de Melo/Ibram: “Mesma situação de carga  
413 poluidora, que são nuances que nos preocupam muito, sempre surgem essas dúvidas. Então eu gostaria de  
414 participar também desse pedido de vista.” **8) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **9) ENCERRAMENTO.**  
415 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença  
416 de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

417 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

418 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
419 **Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal**  
420  
421  
422